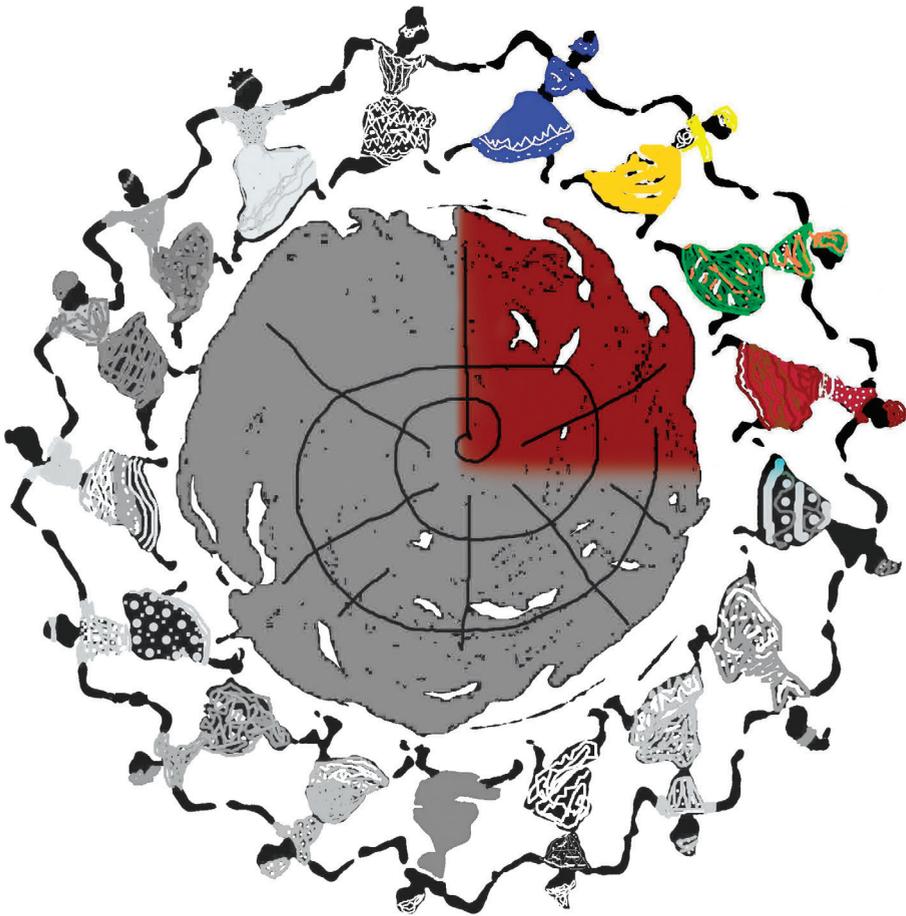


Parte II

Angola e o deserto do Namibe: contextualizações



5

CAPÍTULO

Angola, caracterização e história de formação do país

Marino Leopoldo Sungo
Universidade José Eduardo dos Santos



Figura 5.1 – Mapa de Angola. Fonte: arquivo do CE.DO.

Angola é um país pertencente ao continente africano, localizado na região austral deste. É composta por dezoito províncias e tem uma superfície de 1.246.700 km². O país passou por uma dura e sangrenta colonização, imposta pelo Império Colonial Português, em um período de mais de quinhentos anos. O quadro a seguir espelha algumas datas ou períodos que de certo marcaram e marcam a história de Angola:

Tabela 5.1 – Registro cronológico da história de Angola

Data	ACONTECIMENTO
1482	Os portugueses exploravam o território angolano, no estuário do rio Congo.
1576	Ano em que o Império Colonial Português expulsou o império holandês do território angolano.
1953	Fundação do primeiro partido político em Angola, com o nome de Partido Comunista de Angola (PCA).
1956	Elementos do PCA e outras organizações, como o MINA, MIA, MLA e MLN, uniram-se, dando origem ao Partido de Luta Unida dos Estados Africanos de Angola (PLUA).
10/12/1956	O PLUA, aliando-se ao Movimento para a Independência de Angola (MIA) e a militantes comunistas, funda o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Porém, é importante que se diga que essa versão não é aceite por todos os fundadores, tratando-se de uma situação bastante controversa. Porém, essa é versão oficial do próprio MPLA.
1957	Fundação da União das Populações do Norte de Angola (UPNA), que viria a se transformar em União das Populações do Norte (UPA).
1962	Fundação do Partido Democrático de Angola (PDA).
Março de 1962	A UPA e o PDA fundem-se na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

Junho de 1964	Jonas Malheiro Savimbi, às vestes de Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE, abandonou a FNLA e fundou a UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola). Movimento que, dois anos depois, isso é, em 1966, viria a dar início à luta armada na região leste, a sul do caminho de ferro de Benguela.
4/02/1961	Início da Luta de Libertação Nacional, que se prolongou até 1974.
10 à 15 de janeiro de 1975	Aconteceu os Acordes de Alvor.
11/11/1975	Proclamação da independência nacional, em plena guerra civil, opondo os três movimentos de libertação: MPLA, UNITA e FNLA, com a participação de forças estrangeiras, nomeadamente as do Zaire, África do Sul, Rússia e Cuba. De fato, o período de transição para a independência de Angola foi marcado por fricções ideológicas entre os três movimentos que viriam a dar origem a ações armadas com vista à tomada do poder.

Face a essa situação crítica, os três movimentos nacionalistas comprometeram-se a cooperar para a paz e preservar a integridade territorial de Angola, para facilitar a reconciliação nacional. Para tanto, foram celebrados vários acordos. Em 1976, as Nações Unidas reconheceram o governo do MPLA como legítimo representante de Angola. Em 10 de setembro de 1979, em Moscovo, o fundador da nação angolana, o Dr. António Agostino Neto, foi sucedido pelo engenheiro José Eduardo dos Santos, figura que até momento atual ocupa o cargo de Presidente da República. Em 11 de maio de 1991, o governo angolano publicou uma lei que autorizou a criação de novos partidos, pondo, dessa forma, fim ao regime monopartidário.

Em 30 de maio de 1991, com a mediação de Portugal, EUA, União Soviética e ONU, celebraram-se os Acordos de Bicesse (Estoril), terminando assim a guerra civil, e foram marcadas as eleições para o ano seguinte, isto é, setembro de 1992, que viriam a dar vitória ao MPLA. A UNITA não reconheceu os resultados e desencadeou uma grande revolta que reiniciou o conflito armado. De 1993 a 20 de setembro de 1994, celebrou-se o Protocolo de Lusaka (na Zâmbia), entre a UNITA e o MPLA. Foram quase dois anos de negociações para a sua elaboração

e quatro para a sua frustrada aplicação. Em dezembro de 1998, Angola retorna ao estado de guerra aberta, que viria a terminar em 2002 com a morte do líder na UNITA, o Dr. Jonas Malheiro Savimbi. Em 30 de março de 2002, com a morte do líder da UNITA (em 22 de fevereiro de 2002), as partes beligerantes assinaram o Memorando de Entendimento na parte Leste de Angola, isso é, no Lwena (Moxico). Nesse ato, foram figuras de destaque o General Nunda, da parte do Governo (MPLA), e o General Abreu “Kamorteiro”, da parte da UNITA. Alguns dias depois assinou-se o Memorando Complementar.

Em 4 de abril de 2002, houve o fim da guerra civil, com a cerimônia de assinatura da paz no Palácio dos Congressos (Luanda), assinado pelas chefias militares, nomeadamente: General Armando da Cruz Neto, então chefe do Estado Maior das FAA, e General Abreu “Kamorteiro”, chefe do Estado Maior da UNITA.

Hoje, Angola é um país independente, mas para que isso fosse um fato, muitos bateram-se. Foi assim que, reagindo à invasão, os sobas e os reinos dominados iniciaram uma série de revoltas. As mais importantes revoltas ocorreram no sobado da Kisama e no sobado dos Dembos, que protegiam grupos de escravos fugitivos, do Ndongo, da Matamba, do Kongo, de Kasanje, do Kuvale e do Planalto Central. Das pequenas revoltas, que foram apagadas na história dos vencedores, algumas permaneceram como testemunho da resistência, mostrando que as revoltas nunca cessaram na extensa capitania de Paulo Dias Novais.

A seguir são apresentadas algumas dessas resistências e seus mentores:

A Revolta de 1570

Foi liderada pelo carismático “Bula Matadi”, um aristocrata, que, vendo o perigo que corria o seu povo, fez uma guerra de resistência para que não fossem explorados e dominados pelos portugueses. Bula Matadi mobilizou toda a comunidade para expulsar os portugueses do reino do Kongo, com a perspectiva de acabar com as intrigas que enfraqueciam o reino. O governo português interveio militarmente ao lado do rei do Kongo, e, depois de muitas batalhas, Bula Matadi foi morto no último combate.

Resistência no Ndongo

No reino do Ndongo, foi forte a resistência contra a chegada de Portugal. Com o espírito aventureiro, Paulo Dias de Novais procurou Angola a fim de se informar das riquezas que havia no Ndongo. Desconfiado das intenções de Novais, não lhe facilitou seu desejo e teve-o preso em Kabasa durante cinco anos. Quando libertou o capitão português, ele regressou ao seu país e voltou alguns anos depois

com homens armados, dispostos a fazer a guerra ao Ndongo, a partir da cidade de Luanda, onde se instalou e mandou construir uma fortaleza.



Figura 5.2 – Cidade de Luanda, aquarela. Fonte: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Angola>>.

Ngola Kilwanje era, então, o rei do Ndongo. O seu exército conseguiu vencer os portugueses em várias batalhas, embora as armas fossem simples arcos e flechas contra as armas de fogo que os invasores traziam. Contudo, a resistência enfraqueceu à medida que alguns chefes foram abandonando a luta e, quando Ngola Kilwanje morreu, o Ndongo foi aos poucos ocupado pelos agressores. Muxima, Massangano, Kambambe foram caindo na posse dos portugueses que construíram fortes nos pontos altos a fim de melhor vigiar e dominar as populações. Algumas tribos e chefes sujeitaram-se a essa situação e pagaram tributos em escravos aos capitães portugueses. Outros preferiam fugir das áreas ocupadas e continuar a lutar, refugiando-se em zonas protegidas como as ilhas do Kwanza.

Njinga Mbandi

É aquela que pelas suas políticas de governação ficou historicamente consagrada como o maior ícone de resistência contra o Império Colonial Português. Unir povos de regiões e reinos diferentes, com interesses sociais, culturais e políticos também diferentes, foi, entre outras, a estratégia desta heroína nacional. Ou seja, rompeu com as divergências entre os povos do reino do Ndongo, Matamba, Kongo e Bailundo, inculcando-lhes a necessidade de se conceberem como um só povo, originando assim a maior aliança na luta contra o Regime Colonial Português.

Este imperativo pela unidade e a necessidade de uma organização unitária terá, por um lado, retardado o processo de repressão cultural que, segundo Kanda (2005, p. 35), “tinha sido concebido pela Administração Colonial em três fases

fundamentais: a destruição das sociedades tradicionais, seguida da inclusão da cultura portuguesa e, finalmente, a integração dos angolanos ‘destribilizados’ e ‘lusitanizados’ na sociedade portuguesa” (KANDA, 2005, p. 35). Por outro lado, terá levado o Império Colonial Português à perda constante de algumas regiões estratégicas e a solicitar reforços visando impor-se como potência, o que viria acontecer depois de muitas guerrilhas.

Diante deste quadro, Nzinga Mbandi, visando estabelecer a tranquilidade entre as partes, enviou para a cidade de Luanda uma comitiva a fim de contataram o então Governador, solicitando para que integrassem as conversações algumas figuras eclesiásticas e políticas, o que facilitou o alcance de seus objetivos. Dessas conversações surgiu o “Tratado de Vassalagem” e a aceitação de uma série de imposições do Governador por parte dos integrantes da comitiva de Nzinga Mbandi. Essas imposições, entre outras, resumiam-se no sentido de a Rainha garantir a abertura de suas terras para que os invasores e caçadores de escravos pudessem circular por elas, com as condições devidas para que tais ações acontecessem sem sobressalto.

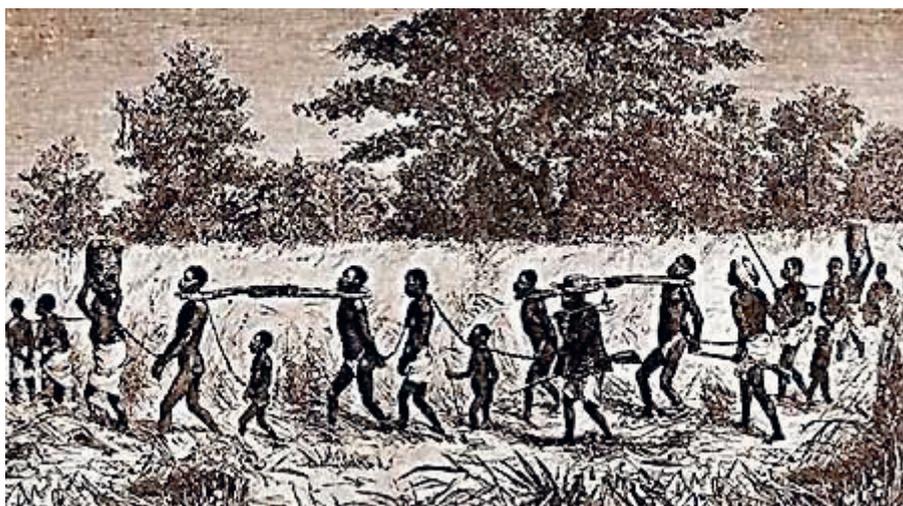


Figura 5.3 – Escravos “cangados”. Fonte: <www.tpissarro.com>.

A posse pelos artigos de fabricação portuguesa (bebidas alcoólicas, tecidos, sal e outros) colocou em questão a política de unidade imposta pela rainha, na medida em que possui-los implicava, entre outras, trair ou vender o irmão de raça ou negro (Guerra Preta), e uma vez traído ou vendido, seria de imediato e violentamente arrancado do meio familiar, para responder aos caprichos comerciais dos invasores portugueses. Para além desta ambição dos próprios negros pela posse de objetos de origem portuguesa, deve-se salientar aqui o papel de destaque que

os missionários fundamentalmente católicos desempenharam nesta Guerra Preta a favor dos invasores.

À guisa de conclusões, deve dizer-se que a política de unir a diversidade para garantir a inviolabilidade das terras angolanas terá sido destruída pela ambição dos próprios angolanos, alimentada pelo Império Colonial. A prova disso é que depois de 11/11/1975 (data da independência nacional angolana), continuamos num clima de conflito interno, desencadeando a Guerra Civil que apenas conheceu o fim com o “calar das armas” e o conseqüente alcance da paz aos 04 de abril de 2002.

Ekwikwi II do Bailundo

Ekwikwi II foi outro herói da resistência, que reinou no Bailundo, no planalto central de Angola, há cerca de cem anos, com influência notável em toda a região. Quando chegou ao poder, os portugueses já dominavam todo o norte de Angola e se preparavam para a penetração no interior do planalto central em busca de cera, borracha e outros produtos. Nessas circunstâncias, Ekwikwi resolveu preparar o seu povo militar e economicamente para enfrentar a guerra prevista. Sendo assim, ele intensificou a agricultura, principalmente o cultivo do milho, dieta indispensável na cultura dos Bantos. O milho era enviado em caravanas para o litoral na base de troca com os sobados vizinhos. As caravanas do bailundo, com o passar do tempo, passaram a avançar para outros estados. Com essas viagens, foram expandindo para as novas áreas da borracha e colmeias, tornando o reino do Bailundo conhecido em toda a África Central como o estado mais rico do planalto, com vários produtos para o consumo interno e exportação. A comunidade do Bailundo viveu intensamente os modelos para a defesa dos direitos e soberania dos estados do planalto baseados nos princípios de Ekwikwi II que, além de fortalecer o seu exército, estabeleceu uma aliança sólida com Ndunaduma I, rei do Bié, para fortalecer sua posição na região. Ekwikwi II foi um rei progressista, dinâmico, que sempre governou ao lado do seu povo. Ele foi sucedido por Numa II, que, corajosamente, enfrentou a guerra contra a pesada artilharia portuguesa no ataque à capital do Bailundo. Aos poucos, as forças militares portuguesas foram ocupando pontos estratégicos. O Bailundo foi totalmente dominado, sem qualquer resistência à nova imposição lusitana.

Mutu-Ya-Kevela

Em 1902, os portugueses já tinham o domínio e ocupação de grande parte do território angolano. Na região do planalto, houve a fixação de alguns comerciantes portugueses em busca de milho, cera e borracha. Havia também fortifica-

ções construídas em Huambo e Bié para apoiar as trocas comerciais e manter a ocupação na região. Mesmo em pleno século XX, os portugueses mantinham o recrutamento para trabalho escravo na agricultura. Mutu Ya Kevela, o segundo homem mais importante na região após o rei Kalandula do Bailundo, questionou as autoridades portuguesas contra o trabalho forçado imposto pelos imperialistas. Mutu-Ya-Kevela reuniu todos os sobados e reinos do planalto, convocando seis mil homens contra as colunas militares portuguesas, que sufocaram os rebeldes de Angola em 1902.

Mandume, Rei dos Kwanyama

O sul de Angola esteve sempre disputado pelos portugueses e alemães. Aproveitando tal rivalidade, Mandume, rei dos Kwanyama, conseguiu obter armamentos dos alemães, que serviriam para lutar contra os portugueses. Preocupados com uma futura ocupação dos alemães, os portugueses atacaram Njiva de surpresa, antes que o mesmo organizasse a luta armada. Mandume fugiu, iniciando em todo o território Ambó uma tentativa de unir todas as tribos contra os portugueses. Os Ambós, muito bem organizados, comandados por Mandume, venceram os portugueses numa série de batalhas, obrigando os militares lusitanos a buscar reforços. Os portugueses utilizaram um sistema que ambos conheciam muito bem, corromperam parte da guerrilha Kwanyama, assim venceram as batalhas de Mongwa e Mufile. Sabendo da vitória dos portugueses devido ao grande poder de artilharia, e pela traição de alguns sobas, Mandume suicidou-se em 1917, preferindo a morte a viver sob a subordinação do colonialismo.

Referências

KANDA, A. *Repensar a história de Angola*. Uíge: Sedipu, 2005.

KI-ZERBO, J. *Metodologia e pré-história da África*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011. v. 1.

MABEKO-TALI, J. M. *Barbares et citoyens: l'identité nationale à l'épreuve des transitions africaines*. Paris: L'Harmattan, 2005.

MAKHTAR, G. *África antiga*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011. v. 2.

ROQUE, R. *Antropologia e império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*. Lisboa: Ciências Sociais, 2001.

OLIVEIRA, E. V. de. António Jorge Dias. In: *Memoriam António Jorge Dias*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.

WEVLE, K. *Resultados científicos da minha viagem de pesquisa etnográfica no sudeste da África Oriental*. Maputo: Departamento de Museus, 2000.

ZENGO, Z. A.; VAN-DÚNEN, J. O. S. *Angola: caminhos e perspectivas para o progresso cultural e económico sustentável*. Rio de Janeiro: Hp Comunicação, 2005.

